



**UNIVERSIDADE FEDERAL DA PARAÍBA  
CENTRO DE CIÊNCIAS SOCIAIS APLICADAS  
DEPARTAMENTO DE RELAÇÕES INTERNACIONAIS  
BACHARELADO EM RELAÇÕES INTERNACIONAIS**

NATHAN LINCOLN FREITAS XAVIER

**O PAPEL DO OBSERVATÓRIO IDEF NO ENFRENTAMENTO DAS  
FRAGILIDADES DA PARADIPLOMACIA BRASILEIRA**

JOÃO PESSOA  
2026

NATHAN LINCOLN FREITAS XAVIER

**O PAPEL DO OBSERVATÓRIO IDEF NO ENFRENTAMENTO DAS  
FRAGILIDADES DA PARADIPLOMACIA BRASILEIRA**

Trabalho de Conclusão de Curso apresentado como requisito parcial à obtenção do título de Bacharel em Relações Internacionais pela Universidade Federal da Paraíba.

**Orientadora:** Profa. Dra. Liliana Ramalho Fróio

JOÃO PESSOA  
2026

**Catálogo na publicação**  
**Seção de Catalogação e Classificação**

X3p Xavier, Nathan Lincoln Freitas.  
O papel do Observatório IDeF no enfrentamento das fragilidades da paradiplomacia brasileira / Nathan Lincoln Freitas Xavier. - João Pessoa, 2026.  
33 f.

Orientação: Liliana Ramalho Fróio.  
TCC (Graduação) - UFPB/CCSA.

1. Paradiplomacia. 2. Brasil. 3. Paradiplomacia - Fragilidades. 4. Observatório IDeF. I. Fróio, Liliana Ramalho. II. Título.

UFPB/CCSA

CDU 327(043)

NATHAN LINCOLN FREITAS XAVIER

**O PAPEL DO OBSERVATÓRIO IDEF NO ENFRENTAMENTO DAS  
FRAGILIDADES DA PARADIPLOMACIA BRASILEIRA**

Trabalho de Conclusão de Curso apresentado ao Curso de Relações Internacionais do Centro de Ciências Sociais Aplicadas (CCSA) da Universidade Federal da Paraíba (UFPB), como requisito parcial para obtenção do grau de bacharel em Relações Internacionais.

Aprovado em 1 de abril de 2026

**BANCA EXAMINADORA**

Documento assinado digitalmente



**LILIANA RAMALHO FROIO**

Data: 06/04/2026 16:47:41-0300

Verifique em <https://validar.iti.gov.br>

---

Profa. Dra. Liliana Ramalho Fróio – Orientadora  
Universidade Federal da Paraíba – UFPB

Documento assinado digitalmente



**TULIO SERGIO HENRIQUES FERREIRA**

Data: 06/04/2026 12:28:31-0300

Verifique em <https://validar.iti.gov.br>

---

Prof. Dr. Túlio Sérgio Henriques Ferreira  
Universidade Federal da Paraíba – UFPB

Documento assinado digitalmente



**LARISSA AGUIAR ALBUQUERQUE**

Data: 06/04/2026 12:16:28-0300

Verifique em <https://validar.iti.gov.br>

---

Ma. Larissa Aguiar Albuquerque  
Universidade Federal da Paraíba – UFPB

# O Papel do Observatório IDeF no Enfrentamento das Fragilidades da Paradiplomacia Brasileira

Nathan Lincoln Freitas Xavier<sup>1</sup>

## Resumo

A paradiplomacia brasileira, embora em expansão desde a redemocratização, permanece marcada por fragilidades estruturais que comprometem sua efetividade. Este artigo tecnológico, de natureza qualitativa e caráter exploratório-descritivo, articula revisão bibliográfica da literatura especializada e análise dos conteúdos produzidos pelo Observatório da Internacionalização Descentralizada em Foco (IDeF), valendo-se da triangulação de fontes como estratégia metodológica. Os dados indicam que poucos municípios brasileiros desenvolvem alguma forma de atuação internacional, com concentração expressiva nas regiões Sul e Sudeste. Seis desafios centrais foram identificados: escassez de estruturas formais, ausência de planejamento estratégico, descontinuidade institucional decorrente de alternâncias de governo (*stop and go*), déficits de qualificação técnica dos servidores, assimetrias regionais e ausência de marco regulatório específico. O Observatório IDeF é apresentado como inovação tecnológica de resposta a esse diagnóstico, sistematizando e difundindo conhecimento qualificado entre a academia e os gestores públicos. Conclui-se que a consolidação da paradiplomacia no Brasil demanda institucionalização duradoura, planejamento de longo prazo e reconhecimento jurídico formal da atuação subnacional.

**Palavras-chave:** Paradiplomacia; Brasil; Fragilidades; Observatório IDeF.

## Abstract

Brazilian paradiplomacy, despite its expansion since redemocratization, remains marked by structural weaknesses that undermine its effectiveness. This qualitative, exploratory-descriptive technological article combines a bibliographic review of specialized literature with an analysis of content produced by the Observatory of Decentralized Internationalization in Focus (IDeF), using source triangulation as a methodological strategy. The data indicate that only a small number of Brazilian municipalities engage in any form of international activity, with a significant concentration in the South and Southeast regions. Six central challenges were identified: scarcity of formal institutional structures, lack of strategic planning, institutional discontinuity resulting from government transitions (*stop-and-go* dynamics), technical skill deficits among public servants, regional asymmetries, and the absence of a specific regulatory framework. The IDeF Observatory is presented as a technological innovation in response to this diagnosis, systematizing and disseminating qualified knowledge among academics and public managers. The article concludes that the consolidation of paradiplomacy in Brazil requires lasting institutionalization, long-term planning, and formal legal recognition of subnational international engagement.

**Keywords:** Paradiplomacy; Brazil; Weaknesses; IDeF Observatory.

## Introdução

A reconfiguração da política internacional desde o século XX imprimiu transformações profundas sobre os atores e os processos que estruturam as relações internacionais. A intensificação da interdependência econômica, política e social entre os países ampliou o rol de agentes capazes de protagonizar ações internacionais, incluindo, de forma progressiva e sistemática, os governos subnacionais (cidades, estados e regiões) que passaram a ocupar posições de crescente relevância na arena internacional. Esse fenômeno, denominado

---

<sup>1</sup> Estudante do curso de Relações Internacionais da Universidade Federal da Paraíba (UFPB). *E-mail:* [nlfx@academico.ufpb.br](mailto:nlfx@academico.ufpb.br).

paradiplomacia, pode ocorrer por meio de contatos formais e informais com entidades estrangeiras públicas ou privadas, com o objetivo de promover resultados socioeconômicos ou políticos vinculados às suas competências constitucionais (Prieto, 2004).

No plano teórico, a paradiplomacia encontra importantes fundamentos na teoria da interdependência complexa, desenvolvida por Keohane e Nye (2001), segundo a qual a política internacional contemporânea se caracteriza pela existência de múltiplos canais de interação entre atores localizados em diferentes países, incluindo relações interestatais, transgovernamentais e transnacionais. Nesse contexto, a atuação internacional passa a envolver uma rede complexa de interações que ultrapassa o monopólio dos governos centrais, abrindo espaço para as agendas internacionais subnacionais.

No Brasil, a paradiplomacia se desenvolveu sob a tensão entre a descentralização promovida pela redemocratização e a manutenção do monopólio federal sobre as relações internacionais. A Constituição Federal de 1988 trouxe a autonomia de estados e municípios em matérias domésticas, criando um federalismo tripartite inédito, mas reservou ao governo central a competência exclusiva de gerir os assuntos exteriores e celebrar atos internacionais (Onuki e Oliveira, 2013). Esse arranjo institucional produziu um ambiente de informalidade jurídica no qual as iniciativas subnacionais se desenvolvem frequentemente à margem de uma regulação clara e específica, sujeitando-se a descontinuidades, assimetrias e vulnerabilidades estruturais que comprometem sua efetividade e sustentabilidade.

É precisamente sobre esse conjunto de fragilidades que o presente artigo tecnológico se debruça. O problema de pesquisa que orienta o trabalho pode ser formulado da seguinte maneira: quais são os principais desafios que obstaculizam a consolidação da paradiplomacia brasileira, e em que medida iniciativas como o Observatório da Internacionalização Descentralizada em Foco (IDeF) podem contribuir para a superação de tais obstáculos? A resposta a essa indagação é construída a partir da análise da atuação do observatório e teve como fundamentos metodológicos a revisão bibliográfica da literatura especializada sobre o fenômeno e a análise sistemática da produção do IDeF, criado em 2019 no Departamento de Relações Internacionais (DRI) da Universidade Federal da Paraíba (UFPB).

A justificativa para este estudo reside na relevância crescente da paradiplomacia como estratégia de inserção internacional dos entes subnacionais, contrastada com a persistência de lacunas institucionais, técnicas e normativas que limitam seu potencial no contexto brasileiro. Dados coletados ao longo da pesquisa mostraram que a paradiplomacia ainda é um fenômeno restrito e desigualmente distribuído no território nacional. A sistematização dessas

fragilidades, articulada à análise de uma iniciativa concreta de resposta institucional, confere ao trabalho tanto relevância acadêmica quanto aplicabilidade prática.

Em termos de estrutura, o artigo está organizado em quatro seções principais, além desta introdução e da conclusão. A primeira seção apresenta a fundamentação teórica, contextualizando o surgimento e a expansão da paradiplomacia à luz dos principais referenciais conceituais disponíveis na literatura internacional e brasileira. A segunda seção realiza um diagnóstico das fragilidades da paradiplomacia brasileira, articulando evidências da literatura especializada com relatos de gestores públicos entrevistados pelo IDeF. A terceira seção descreve os procedimentos metodológicos adotados na pesquisa. A quarta seção apresenta o Observatório IDeF como uma possível alternativa inovadora de resposta às fragilidades diagnosticadas, avaliando sua contribuição a partir do *framework* de *design science* proposto por Gregor e Hevner (2013). Por fim, a conclusão sintetiza os principais achados e aponta perspectivas para a consolidação da paradiplomacia no Brasil.

### **Fundamentação teórica**

A interdependência global, que ocorreu nas últimas décadas, ampliou o rol de atores capazes de protagonizar ações internacionais, o que inclui os governos subnacionais (cidades, estados e regiões), trazendo à tona uma forma específica de atuação externa denominada paradiplomacia. Duchacek (1990) foi um dos primeiros a sistematizar esse fenômeno, utilizando primeiramente o conceito de microdiplomacia. Posteriormente, aderiu ao termo elaborado por Soldatos (1990), que utiliza o prefixo “para” para indicar uma atividade paralela à diplomacia tradicional, frequentemente complementar à dos governos centrais, mas passível de conflito com ela, resultando na paradiplomacia. Outras terminologias surgem ao longo do tempo, como diplomacia constituinte (Kincaid, 1990), diplomacia plurinacional (Aldecoa, 1999), diplomacia multicamadas (Hocking, 2004). No Brasil, também aparecem os termos diplomacia federativa e cooperação internacional federativa (Fróio, 2015). Aguirre (1999) argumenta que a atuação internacional de atores subnacionais ultrapassa o escopo da diplomacia tradicional e sugere o uso da expressão *post-diplomatic*.

No contexto brasileiro, a literatura também apresenta interpretações próprias do fenômeno. Bessa Maia (2012) identifica duas leituras do neologismo: uma positiva, que o compreende como aditivo à diplomacia clássica; e outra negativa, que o trata como desvio ou fragmentação desta. Rodrigues (2008), por sua vez, consagra a expressão “diplomacia federativa” no país, associando-a à coordenação e ao incentivo, pelo governo federal, das ações internacionais das subunidades. Segundo Bogéa (2001), essa expressão enfatiza o papel

do governo federal na coordenação e no incentivo às iniciativas internacionais de estados e municípios, sobretudo na promoção de oportunidades econômicas, políticas e tecnológicas.

No âmbito da academia brasileira, propagou-se e empregou-se com frequência a definição de Prieto (2004), que propôs uma conceituação mais abrangente, compreendendo a paradiplomacia como o envolvimento dos governos subnacionais nas relações internacionais por meio de contatos formais e informais com entidades estrangeiras públicas ou privadas, objetivando promover resultados socioeconômicos ou políticos vinculados às suas competências constitucionais.

Nesse sentido, a literatura evidencia que a paradiplomacia constitui um fenômeno complexo, não somente em razão das discussões conceituais, mas por ser interpretado de diferentes maneiras pelos estudiosos da área. De toda forma, percebe-se que o fenômeno reconfigura as relações internacionais, na medida em que os governos subnacionais passaram a atuar como atores relevantes na arena internacional, ainda que, em muitos casos, juridicamente subordinados ao Estado nacional.

No tocante ao contexto de emergência e propagação da paradiplomacia, ressalta-se que o marco temporal é a segunda metade do século XX. A teoria da interdependência complexa, desenvolvida por Keohane e Nye (2001), ofereceu um importante referencial analítico para compreender essas transformações. Segundo os autores, a política internacional contemporânea tem se caracterizado pela existência de múltiplos canais de interação entre atores localizados em diferentes países, incluindo relações interestatais, transgovernamentais e transnacionais. Nesse cenário, as relações internacionais passam a envolver uma rede complexa de interações que ultrapassa o monopólio dos governos centrais e favorece a abertura de espaços para as agendas internacionais subnacionais. Essa dinâmica ampliou as possibilidades de atuação internacional para governos que anteriormente estavam restritos ao plano doméstico.

Outro fator relevante para o aumento das ações paradiplomáticas está relacionado às limitações dos governos centrais em representarem adequadamente os interesses das unidades subnacionais (Duchacek, 1990; Soldatos, 1990). Muitas vezes, os governos nacionais enfrentam dificuldades para conciliar os diferentes interesses existentes dentro de seus territórios, especialmente em países caracterizados por grande diversidade regional (Fróio e Batista, 2024).

Além disso, Keating (1999) destaca que governos regionais e locais passaram a buscar inserção internacional com o objetivo de promover o desenvolvimento econômico, ampliar oportunidades comerciais e fortalecer suas identidades territoriais. Segundo o autor, essas

iniciativas refletem uma estratégia de adaptação às transformações do sistema internacional e às novas oportunidades geradas pela globalização.

Além desse contexto mais abrangente de globalização e interdependência, proveniente das mudanças em curso a partir da metade do século XX, e as demandas internas pressionando por representação mais eficaz no cenário internacional, há que considerar ainda mudanças institucionais e na agenda internacional, de tal forma que novos temas e espaços possibilitam, cada vez mais, a participação dos governos subnacionais. É o caso da agenda do desenvolvimento, que gradualmente evolui para uma discussão sobre a governança que permeia o desenvolvimento sustentável, questionando e erodindo as formas tradicionais de pensar a governança em relação ao desenvolvimento (notadamente o estado-centrismo), para incluir outros atores (governança multinível). É o que se observa na Conferência das Nações Unidas para o Desenvolvimento Sustentável de 2012, Rio+20, em que governos locais e regionais tiveram um papel relevante nas negociações (*Global Taskforce of Local and Regional Governments*, 2016).

A relevância das cidades enquanto atores internacionais também foi formalmente reconhecida na II Conferência das Nações Unidas sobre Assentamentos Urbanos (Habitat II), em 1996, que atribuiu aos governos municipais a responsabilidade de empreender ações de intercâmbio e cooperação internacional (Onuki e Oliveira, 2013). As cidades, mais livres de condicionamentos de soberania do que os estados, têm demonstrado maior dinamismo em suas estratégias de inserção internacional (Salomón e Nunes, 2007).

Assim, a paradiplomacia manifesta-se como resultado de um processo mais amplo de transformação da política internacional, caracterizado pela diversificação dos atores e pela multiplicação das interações transnacionais. Há que considerar, ainda, as especificidades dos territórios em termos jurídicos, econômicos, políticos e sociais.

No Brasil, por exemplo, a paradiplomacia evoluiu sob a tensão entre a descentralização, promovida pela redemocratização, e a manutenção do monopólio federal sobre as relações internacionais. A Constituição Federal de 1988 aprofundou a autonomia de estados e municípios em matérias domésticas, criando um federalismo tripartite inédito, mas reservou ao governo central a competência exclusiva de gerir os assuntos exteriores e celebrar atos internacionais (Onuki e Oliveira, 2013). Na prática, as subunidades não podem firmar tratados internacionais, devem encaminhar certos acordos formais ao Ministério das Relações Exteriores (MRE) e deveriam aceitar a mediação da Agência Brasileira de Cooperação (ABC) para cooperação técnica (MRE e ABC, 2014).

No plano institucional, o governo federal criou, em 1997, a Assessoria de Relações Federativas (ARF) do MRE, transformada durante o primeiro mandato do governo Lula (2003-2006) na Assessoria Especial de Assuntos Federativos e Parlamentares (AFEPA), com a criação simultânea da Subchefia de Assuntos Federativos (SAF), reduzindo progressivamente o tensionamento entre os entes subnacionais e o governo central (Fróio e Batista, 2024).

Além disso, conforme destacado por Salomón (2012), a paradiplomacia municipal brasileira expandiu-se de forma mais acelerada do que a estadual, impulsionada pela influência do movimento internacional de cidades (intensificado pela conferência Habitat II), pela criação da Organização Mundial de Cidades e Governos Locais (CGLU), em 2004, e pela disseminação de um modelo de inserção internacional associado às gestões municipais do Partido dos Trabalhadores no final do século XX.

Apesar desses avanços, Onuki e Oliveira (2013) apontam que a legislação brasileira ainda é incapaz de acompanhar as transformações internacionais que demandam participação crescente dos governos subnacionais como coexecutores de políticas públicas, resultando em ações que se desenvolvem, em grande medida, na informalidade jurídica. Dessa forma, a legislação brasileira revela que as ações paradiplomáticas carecem de respaldo jurídico claro e se desenvolvem, em grande medida, na informalidade, com acordos frequentemente reportados ao governo federal apenas após sua assinatura (Branco, 2008).

As evidências disponíveis na literatura indicam que não há uma tensão declarada entre os entes subnacionais e o governo federal quanto aos temas internacionais, mas a ausência de normas claras perpetua um ambiente de informalidade que impõe custos às unidades subnacionais, especialmente às mais frágeis institucionalmente (Fróio e Batista, 2024).

Além dessa questão, a literatura especializada evidencia a existência de alguns desafios que dificultam a consolidação da prática paradiplomática no Brasil, tais como: as assimetrias entre as unidades federativas, a descontinuidade institucional de políticas e estruturas paradiplomáticas, a capacidade técnica e institucional, a coordenação entre os diferentes níveis de governo e a atuação de lideranças específicas (Fróio, 2015).

Em relação às assimetrias entre as unidades federativas, para Soldatos (1990), estas compreendem as diferenças significativas em termos de desenvolvimento econômico, capacidade institucional e recursos administrativos que podem influenciar diretamente o grau de inserção internacional de governos subnacionais. Conforme apontado por Fróio e Medeiros (2020), a existência de assimetrias entre territórios pode influenciar a forma como parcerias internacionais são estabelecidas, podendo resultar em relações menos equilibradas entre os participantes.

A assimetria entre os entes subnacionais pode operar de forma simultânea como incentivo e obstáculo, ou seja, as unidades mais desenvolvidas dispõem de melhores condições de engajamento, enquanto as menos desenvolvidas carecem de estrutura para negociar em condições equitativas, tornando-se vulneráveis à imposição de agendas externas (Fróio e Batista, 2024). Fróio e Medeiros (2020) acrescentam que essa assimetria é agravada pela impossibilidade do governo central em sintetizar em uma única agenda externa os interesses divergentes de todas as unidades federativas.

Com relação à descontinuidade institucional de políticas e estruturas paradiplomáticas, Vigevani (2006) observou que mudanças de governo frequentemente provocam descontinuidades nas iniciativas internacionais, fenômeno descrito pelo autor como um processo de *stop and go*, no qual períodos de maior ativismo internacional são seguidos por fases de retração. Esse fenômeno foi evidenciado por Fróio (2015), ao identificar que entre 1999 e 2014 ocorreram 21 casos de descontinuidade estrutural com a alternância dos(as) governadores(as), em contraste com 17 ocorrências de continuidade. Em paralelo, mas abordando a capacidade técnica e institucional, Milani e Ribeiro (2011) complementam ao destacarem que a ausência de servidores qualificados e de estruturas permanentes afeta decisivamente a inserção internacional dos municípios, uma vez que a construção de capacidades institucionais é uma condição fundamental no processo de internacionalização.

Quanto à coordenação entre os diferentes níveis de governo, Bueno (2010) destacou que a paradiplomacia brasileira ainda enfrenta dificuldades relacionadas à falta de articulação institucional entre governos subnacionais e o governo federal, bem como à ausência de mecanismos claros de coordenação vertical. Por fim, em determinados casos, as iniciativas internacionais dependem fortemente da atuação de lideranças específicas. Batista (2019), por exemplo, ao analisar a atuação internacional do estado da Paraíba, identificou que várias iniciativas paradiplomáticas estavam associadas à iniciativa pessoal de gestores públicos.

Dessa forma, embora a paradiplomacia represente uma importante estratégia de inserção internacional para governos subnacionais, sua consolidação no Brasil ainda depende da superação de desafios institucionais, administrativos e políticos.

### **Diagnóstico da situação**

Como abordado na seção anterior, a paradiplomacia brasileira, embora em expansão desde o processo de redemocratização, apresenta um conjunto expressivo de fragilidades que comprometem sua efetividade e continuidade. A literatura especializada é categórica ao identificar obstáculos estruturais, institucionais e operacionais que afetam de maneira desigual

os entes subnacionais brasileiros. Este diagnóstico elaborado a partir da literatura busca sistematizar os desafios da paradiplomacia a partir de evidências empíricas e relatos de gestores públicos, incluindo os que concederam entrevistas ao Observatório IDeF.

O ponto de partida mais evidente é a escassez de estruturas formais dedicadas à atuação internacional. A publicação “Perfil dos Municípios Brasileiros 2012”, disponibilizada em 2013 pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), constatou que apenas 113 dos 5.565 municípios brasileiros que responderam à pesquisa, aproximadamente 2% do total, contavam com alguma estrutura organizacional voltada para essa área. Observa-se que, desses 113 municípios, 8 (7%) estavam localizados na região Norte, 16 na região Nordeste (14%), 6 na região Centro-Oeste (5%), 43 (38%) na região Sudeste e 40 (35%) na região Sul. Cita-se ainda o estudo “Observatório da Cooperação Descentralizada no Brasil”<sup>2</sup>, disponibilizado em 2009 pela Confederação Nacional de Municípios (CNM), que constatou que dos trinta municípios com área internacional minimamente estruturada identificados naquele ano, apenas quatro localizavam-se nas regiões Norte e Nordeste, sem qualquer registro no Centro-Oeste.

De acordo com Souza (2022), que analisou 1.046 municípios brasileiros entre 2017 e 2020, constatou-se que 210 municípios brasileiros desenvolvem alguma forma de atuação internacional em suas esferas públicas, o que corresponde a aproximadamente 3,77% do total de municípios do país. No que diz respeito à estrutura institucional adotada por esses municípios, a maior parte, cerca de 47,14%, opera por meio de estruturas não especificadas, enquanto 38,6% realizam suas atividades por intermédio de outros órgãos já existentes. Apenas uma parcela minoritária, equivalente a 14,3% do total, dispõe de uma estrutura administrativa dedicada exclusivamente às relações internacionais (Souza, 2022).

A situação nos estados brasileiros não é substancialmente diferente. Com base em um questionário aplicado a 199 funcionários públicos de todos os estados brasileiros, Fróio (2015) apurou que 27,51% dos respondentes afirmaram não existir setor específico para assuntos internacionais no seu estado, e que 37,04% descreveram as ações externas como dispersas entre diferentes secretarias, sem instância coordenadora. Apenas 28,57% avaliaram a estrutura disponível como satisfatória. Ainda que 95% dos participantes da pesquisa reconhecessem a necessidade de um setor específico de relações internacionais no governo estadual, somente 39,78% classificaram a área como muito relevante dentro da administração, evidenciando que

---

<sup>2</sup> Apesar do nome, o Observatório da Cooperação Descentralizada no Brasil não constituiu uma estrutura permanente de monitoramento, mas sim uma iniciativa pontual da Confederação Nacional de Municípios (CNM), conduzida entre 2007 e 2009, com o objetivo de realizar o primeiro diagnóstico abrangente da atuação internacional dos municípios brasileiros.

o reconhecimento formal da importância da área não se traduz, na prática, em prioridade política efetiva.

Considerando ainda os relatos de gestores públicos, confirma-se novamente esse diagnóstico. Eduarda Câmara (2021), chefe do Departamento de Atração de Investimentos e Relações Internacionais na Companhia de Desenvolvimento da Paraíba, relata que boa parte das ações internacionais da Paraíba se desenvolveram de forma autônoma e descoordenada entre secretarias, e que a criação de uma secretaria exclusiva de relações internacionais seria o elemento-chave para sistematizar e dar continuidade à atuação externa. Francisco Pereira (2021), ex-assessor internacional da Secretaria Municipal de Relações Internacionais de São Paulo, por sua vez, aborda a questão da invisibilidade ao notar que as áreas de relações internacionais costumam ser as menos conhecidas dentro da própria administração pública municipal, em contraste com setores como saúde e educação, cuja relevância é universalmente reconhecida pelos demais órgãos da gestão.

Para Rocha et al. (2017), a ausência de uma pasta dedicada à articulação internacional não impede que o município realize paradiplomacia, mas é um indicador importante do nível de interesse do governo nesse tipo de política pública, e iniciativas sem estrutura dedicada tendem a se traduzir em iniciativas isoladas e desprovidas de continuidade. Fróio, Superti e Souza (2023) argumentam que a ausência de uma estrutura paradiplomática especializada está frequentemente associada a problemas como falta de comunicação e coordenação entre setores, despreparo técnico dos servidores e postura passiva diante de demandas externas.

Essa condição é sintetizada por Luiza Debrassi (2023), coordenadora na Secretaria Municipal de Relações Internacionais de São Paulo, que observa que são as cidades que absorvem diretamente os efeitos de desigualdades globais, e que os municípios que não dispõem dos mecanismos necessários para promoverem o intercâmbio de conhecimento, nem para estruturar políticas públicas com o apoio financeiro de organismos internacionais, tampouco para estabelecer contato com outras cidades que já desenvolveram soluções para problemas semelhantes, tendem a enfrentar tais desafios de forma isolada.

A ausência de planejamento estratégico também configura um cenário de atuação internacional pouco eficaz. Fróio (2015) constatou que somente 11,54% dos servidores estaduais afirmaram que seus governos dispunham de uma política de relações internacionais; somadas as categorias “raramente” e “nunca”, o percentual ultrapassaria 41%. Quanto à forma de atuação, apenas um terço dos estados age com base em estratégia previamente definida, enquanto 43,41% agem de forma ativa, mas sem planejamento, e 23,08% simplesmente reagem às oportunidades que surgem espontaneamente (comportamento reativo). Fróio e

Medeiros (2020) acrescentam que, nas regiões Norte e Nordeste, mais da metade dos engajamentos internacionais ocorre por iniciativa de entidades estrangeiras, configurando uma paradiplomacia predominantemente reativa.

Essa realidade é reconhecida pelos próprios gestores públicos. Inalda Béder (2019), consultora do Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento e ex-assessora da Federação das Indústrias do Estado do Paraná, conta que um dos maiores desafios dos municípios é ter o conhecimento técnico para implementar agendas internacionais, incluindo a capacidade de definir, acompanhar e avaliar indicadores locais, e que a academia possui avanços em pesquisas que não chegam aos municípios, faltando um espaço onde o trabalho científico, o setor privado e os atores locais possam promover essa discussão em conjunto. Martha Martorelli (2019), diretora de programa na Secretaria Nacional de Fundos e Investimentos do Ministério da Integração e do Desenvolvimento Regional, por sua vez, identifica como raiz do problema a ausência de uma cultura nacional de planejamento de longo prazo, observando que projetos internacionais são comumente concebidos dentro dos limites de um mandato, quando exigiriam, por natureza, construção contínua e uma visão de cidade que transcenda o ciclo eleitoral.

É preciso lembrar ainda que a intermitência das iniciativas paradiplomáticas em função de mudanças políticas, fenômeno conhecido como *stop and go*, é uma das marcas mais persistentes da paradiplomacia brasileira. O levantamento de Fróio (2015), com base no período 1999-2014, identificou 11 casos de modificações nas estruturas internacionais dentro da mesma gestão, 21 casos de desarticulação com a troca de governador e apenas 17 episódios de continuidade estrutural após mudança de governo. Quando ocorre substituição de governador, 61,9% dos respondentes identificaram mudanças na estrutura da área internacional; 58,93% relataram alterações na orientação política do governo em matéria externa; 54,76% registraram renovação da equipe; e 45,83% indicaram que o órgão responsável é reorganizado ou extinto. Neves (2022) corroborou esse padrão para o período de 2015-2020 ao constatar que, com a alternância de governo, a descontinuidade estrutural ocorreu em 70,7% dos casos, afetando também a equipe de funcionários em 61,3% das ocorrências.

Transpondo essa realidade para o âmbito municipal, Hugo França (2021), ex-diretor de relações internacionais da Prefeitura de Belo Horizonte, comentou sobre a administração municipal nos últimos quatro anos no Brasil e destacou que, logo após ocorrer mudança de administração em municípios brasileiros, houve uma redução de 80% no número de áreas internacionais (sejam secretarias, assessorias ou diretorias). Para o entrevistado, o principal

desafio reside na falta de compreensão sobre o valor, o papel e a necessidade de se ter uma estrutura internacional no governo local.

A centralização das decisões na figura do governante é um dos mecanismos que alimenta essa instabilidade. Fróio (2015) apurou que 57,29% dos respondentes afirmaram que as decisões internacionais dependem diretamente do governador e que 59,22% atribuíram a disposição de fazer relações internacionais à visão pessoal do dirigente (e não à orientação partidária). Fróio e Batista (2024) argumentam que essa vinculação da paradiplomacia ao perfil individual do governante alimenta diretamente o fenômeno *stop and go*, pois o que era relevante para um gestor pode tornar-se irrelevante para seu sucessor, independentemente dos resultados já alcançados. Tais afirmações podem ser constatadas na declaração de Águeda Muniz (2023), ex-secretária de urbanismo e meio ambiente da Prefeitura de Fortaleza, que reforça que o primeiro desafio para muitos municípios é que o próprio prefeito reconheça a importância da associação a projetos e redes internacionais: “a partir do momento que a ideia é aceita e comprada tudo flui muito bem, mas se ele não comprar a ideia não funciona” (Muniz, 2023, informação verbal).

Estudos de caso ajudam ainda a mapear a realidade da paradiplomacia brasileira. No caso da cidade de Dourados, Espósito Neto e Ghadie (2022) descrevem uma paradiplomacia marcada pela ausência de plano ou estratégia e pela perda integral dos contatos e do conhecimento acumulado a cada transição, tornando a internacionalização uma prática esporádica e pontual. No caso da cidade de Joinville, Borba (2017) identificou um conjunto semelhante de fragilidades (ausência de autonomia institucional e orçamentária, falta de padronização nos instrumentos jurídicos e baixo conhecimento sobre a área dentro da estrutura de governo), reforçando que o problema não é específico de uma localidade, mas sistêmico. No caso da cidade de Salvador, Soraya Pessino (2021), ex-assessora internacional da Prefeitura de Salvador, descreve o desafio de afirmar a área de relações internacionais internamente dentro da gestão, expandir suas atividades sem aumento proporcional de equipe e lidar com as incertezas trazidas pelas mudanças de mandato. Ela observa que “a área de relações internacionais é uma área empreendedora e a gente tem que, realmente, ter resiliência e se ajustar com o cenário” (Pessino, 2021, informação verbal).

Em contrapartida, Rosamaria Costa (2025), secretária executiva do Consórcio Intermunicipal para Gestão dos Resíduos Sólidos Urbanos (constituído por Curitiba e municípios da região metropolitana), aponta que a continuidade é possível quando os assuntos são conduzidos tecnicamente. Em seu consórcio intermunicipal, a filiação partidária dos prefeitos não interfere nos rumos da política porque as decisões são tomadas junto ao corpo

técnico, o que minimiza os impactos das alternâncias políticas. Mècher (2015) confirma que essa estabilidade é alcançável ao discorrer sobre a Coordenadoria de Relações Internacionais do Rio de Janeiro (primeiro município brasileiro a ter estrutura exclusivamente dedicada ao tema) como exemplo de continuidade ao longo de sucessivas administrações de diferentes matizes partidárias, atribuindo essa permanência à cultura organizacional do órgão e à presença de comunidades epistêmicas consolidadas.

Além disso, a qualificação insuficiente dos servidores é identificada de forma recorrente como um dos maiores entraves. Rocha et al. (2017) constataram, junto a municípios pernambucanos, que a principal barreira apontada para a não realização de cooperação internacional foi o desconhecimento das possibilidades e a ausência de contatos, seguidos pela escassez de recursos e de profissionais qualificados. Fróio (2015) apurou que apenas 24,18% dos funcionários estaduais foram avaliados como muito preparados para lidar com negociações internacionais, enquanto 19,23% foram classificados como pouco ou nada preparados (com a maioria situando-se em nível apenas razoável). Fróio e Batista (2024) demonstram, com base em entrevistas no estado da Paraíba, que a ausência de servidores com formação em relações internacionais, capacidade em línguas estrangeiras e experiência em elaboração de projetos para organismos internacionais fragiliza a posição negociadora do estado, permitindo que os interesses das instituições estrangeiras prevaleçam sobre os do governo local.

Subjacente a essas fragilidades está a percepção das relações internacionais como atividade-meio dentro dos governos subnacionais. Segundo Neves (2022), a classificação das relações internacionais como atividade-meio nos governos subnacionais implica que essa área não constitui um fim em si mesma, mas funciona como um canal pelo qual o governo busca atingir objetivos definidos por outras políticas. Essa condição torna a permanência e a solidez das estruturas paradiplomáticas diretamente dependentes dos resultados concretos que conseguem gerar, o que as deixa em posição mais vulnerável do que áreas finalísticas da administração pública (Neves, 2022). Nesse sentido, Marcos Martins (2021), ex-assessor parlamentar na Câmara Municipal de São Paulo, observa que secretarias de relações internacionais têm custo relativamente baixo em comparação com os benefícios que geram, pois viabilizam a internacionalização das ações de todas as demais secretarias do governo.

As assimetrias regionais agravam todos os problemas descritos até aqui. Os dados de Fróio (2015) demonstram que 52% dos servidores do Sudeste avaliaram a atuação internacional dos seus estados como alta, contra apenas 5,6% dos do Nordeste. A estrutura paradiplomática foi considerada satisfatória por 77% dos respondentes do Sudeste e por somente 10% dos do Nordeste (o pior índice entre todas as regiões). No Sul e no Sudeste,

respectivamente 52% e 59% dos respondentes afirmaram que o estado age com base em estratégia definida; no Nordeste, esse percentual cai para 14,8%, com 33,4% dos servidores descrevendo a atuação como meramente reativa. Ao se desagregar os dados dos municípios com alguma forma de atuação internacional por recorte regional, constata-se uma expressiva concentração nas regiões Sul e Sudeste do Brasil, que juntas reúnem 132 dos 210 municípios identificados com esse perfil, o que corresponde a aproximadamente 62,86% do total (Souza, 2022).

Fróio, Superti e Souza (2023) interpretam esse fenômeno como reflexo da lógica centro-periferia no desenvolvimento nacional: territórios periféricos acumulam desvantagens materiais e institucionais que limitam sua capacidade paradiplomática, mesmo que tenham interesse e necessidade objetiva de cooperação internacional. Dessa forma, Soraya Pessino (2021) observa que o Nordeste ainda precisa de mais incentivo para suas áreas internacionais, e ressalta que o problema não é a ausência de estruturas, mas a falta de espaço de projeção, investimento e incentivo. Para a gestora, as cidades do Sul e Sudeste possuem equipes maiores, mais recursos e até secretarias voltadas para as relações internacionais.

Por fim, a literatura aponta a inexistência de um marco regulatório específico para a paradiplomacia brasileira como um fator que contribui para a informalidade, a descontinuidade e a vulnerabilidade das iniciativas subnacionais. Onuki e Oliveira (2013) destacam que a Constituição Federal de 1988 reservou à União a competência para manter relações internacionais e firmar tratados, sem prever espaço formal para os entes subnacionais, ainda que os reconheça como entes federativos autônomos. Fróio e Medeiros (2020) acrescentam que estados e municípios brasileiros não podem firmar tratados (competência concedida exclusivamente ao governo federal), e que mesmo acordos formais devem ser encaminhados ao MRE. Fróio (2015) identifica ainda que os projetos de cooperação financeira exigem um processo ainda mais longo, envolvendo a aprovação da Comissão de Financiamentos Externos (COFIEEX), do Ministério da Fazenda e do Senado Federal. Esse processo burocrático pode perpassar as gestões dos governos estaduais, o que agrava o problema da descontinuidade.

Os respondentes do questionário de Fróio (2015) registraram 9 menções a entraves constitucionais e à necessidade de um marco normativo, além de 11 menções a dificuldades burocráticas operacionais, com referências explícitas à demora do MRE na análise de projetos e à limitação de seus recursos para atender às demandas estaduais. Os gestores entrevistados destacam as implicações práticas dessa lacuna. Wellington Dias (2021), ex-governador do Piauí e atual ministro do Desenvolvimento e Assistência Social, Família e Combate à Fome, afirma que o maior desafio enfrentado pela área internacional do seu estado foi a radical

mudança na orientação da política externa brasileira em determinado período, e que apenas a mudança de direção abriu possibilidade de melhora. Para o gestor, o Nordeste é a região mais promissora em termos de oportunidades de comércio e investimento, mas seu potencial só poderá ser aproveitado plenamente com estabilidade e consistência da política externa nacional. Caúra Damasceno (2023), assessora de relações internacionais no Gabinete do Governador da Bahia, por sua vez, ressalta que entre as maiores dificuldades dos últimos anos esteve justamente o desalinhamento da política federal, que deixou projetos e uma agência de cooperação paralisados. Apesar disso, reafirma a importância estratégica da paradiplomacia: “A cooperação, a atuação internacional, a atração de investimentos e a paradiplomacia em si vêm realmente como um recurso e um instrumento de desenvolvimento local. É a forma que a gente consegue buscar empresas, experiências e tecnologias para transferi-las para o local” (Damasceno, 2023, informação verbal).

O diagnóstico que emerge do conjunto das evidências é o de uma paradiplomacia marcada por profunda heterogeneidade interna, com ilhas de excelência em meio a um cenário dominante de fragilidade. A superação desse quadro depende de condições que se reforçam mutuamente: vontade política sustentada para além de um mandato, institucionalização de estruturas com corpo técnico de carreira, planejamento estratégico de longo prazo, marco jurídico que ampare a atuação subnacional e coordenação efetiva com o governo federal. Como observa Hugo França (2021), é preciso conseguir apresentar os ganhos que as relações internacionais podem proporcionar e cobrar dos representantes eleitos que se construa e mantenha uma estrutura internacional profissional. Enquanto essa compreensão não se consolidar como valor político e institucional, a paradiplomacia brasileira continuará sujeita aos ciclos de avanço e retrocesso que a caracterizam, desperdiçando o potencial que a cooperação internacional oferece para o desenvolvimento local.

### **Procedimentos metodológicos**

O presente artigo tecnológico é resultado de uma pesquisa de natureza qualitativa, com caráter exploratório e descritivo, que buscou analisar as fragilidades da paradiplomacia brasileira a partir de duas perspectivas complementares: a literatura especializada sobre o fenômeno e a produção do Observatório IDeF.

A primeira etapa consistiu na realização de uma revisão bibliográfica acerca da paradiplomacia, priorizando trabalhos que adotassem o estudo de caso como abordagem metodológica, contemplassem municípios e/ou estados brasileiros como unidades de análise e tivessem sido publicados nos últimos 20 anos. As buscas foram realizadas em diferentes bases

de dados científicas, incluindo Google Acadêmico, *Scientific Electronic Library Online* (SciELO) e Periódicos CAPES. Os termos pesquisados variaram entre: paradiplomacia, relações internacionais, cooperação descentralizada, política externa subnacional e internacionalização, somados os nomes das capitais e dos estados brasileiros. Os resultados dessa revisão foram sistematizados em uma tabela composta por 32 produções científicas, entre artigos, teses, dissertações e trabalhos de conclusão de curso. Cada entrada registrou o ano de publicação, o título do trabalho, os autores, o caso analisado, o nível de governo investigado (estado ou município) e o link de acesso ao documento.

A segunda etapa envolveu o levantamento e a organização sistemática dos conteúdos produzidos e publicados pelo Observatório IDeF entre os anos de 2019 e 2025. Para tanto, foi elaborada uma tabela com a totalidade dos materiais disponibilizados na plataforma digital do observatório, organizada nas cinco áreas temáticas que estruturam sua produção: Universidade, Nordeste, Brasil, Mundo e Políticas Públicas. Para cada entrada, foram registradas informações relativas à data de publicação, ao tema, ao título do conteúdo, ao(à) autor(a), à natureza do material (distinguindo entrevistas de textos analíticos e informativos), ao(à) entrevistado(a) e ao link de acesso. Esse mapeamento, que totalizou 168 materiais, permitiu caracterizar o perfil da produção do IDeF e avaliar a centralidade das entrevistas com gestores públicos e especialistas como estratégia de produção de conhecimento do observatório, possibilitando também analisar de que maneira os relatos coletados pelo IDeF dialogam com as fragilidades paradiplomáticas identificadas na literatura, fornecendo uma perspectiva prática e contextualizada sobre os desafios da atuação internacional dos governos subnacionais brasileiros.

A articulação entre as duas etapas, de revisão bibliográfica baseada em estudos de caso e análise do acervo do IDeF, configurou uma estratégia de triangulação de fontes, conforme Flick (2009). Para o autor, a triangulação permite não apenas combinar dados, mas cruzar diferentes perspectivas para ampliar a validade e a profundidade interpretativa. Nesse sentido, o procedimento possibilitou confrontar evidências de distintas origens e fortalecer a consistência das conclusões apresentadas. A revisão bibliográfica forneceu, então, o referencial analítico e comparativo necessário para situar as experiências documentadas pelo IDeF no debate acadêmico mais amplo sobre a paradiplomacia no Brasil.

Embora o acervo do Observatório IDeF totalize 88 entrevistas distribuídas entre as cinco áreas temáticas da plataforma, nem todas continham relatos diretamente relacionados às fragilidades da paradiplomacia brasileira investigadas neste trabalho. Parte considerável das entrevistas se concentra em experiências de cooperação internacional bem-sucedidas, em

práticas inovadoras de gestão ou em temas correlatos como sustentabilidade e desenvolvimento urbano. Nessas situações, os entrevistados comumente não fazem menção explícita aos obstáculos estruturais, institucionais ou operacionais que dificultam a consolidação da paradiplomacia nos entes subnacionais. Diante disso, adotou-se o seguinte critério de seleção temática, para fins de análise: foram mobilizadas apenas as entrevistas nas quais os gestores públicos ou especialistas abordaram, de forma direta ou contextualizada, pelo menos uma das fragilidades centrais identificadas na literatura. Essa triagem qualitativa não resultou em um descarte aleatório de material, mas sim em um processo analítico guiado pela relevância temática, alinhado com a natureza exploratório-descritiva do estudo e com a estratégia de triangulação de fontes utilizada.

### **O Observatório IDeF: uma possível alternativa de inovação?**

Como apresentado no diagnóstico, os principais entraves à prática qualificada da paradiplomacia no Brasil são a carência de pessoal especializado, a falta de um planejamento estratégico e a precariedade das estruturas administrativas destinadas às relações internacionais nos entes subnacionais, problemas já apontados por Fróio (2015), Milani e Ribeiro (2011), Vigevani (2006) e outros autores e gestores. Nesse sentido, instrumentos que consigam organizar, sistematizar e difundir conhecimento especializado tornam-se essenciais para direcionar a ação dos gestores públicos que atuam nessa área.

É nesse contexto que o Observatório da Internacionalização Descentralizada em Foco (IDeF), criado em 2019 por iniciativa da Profa. Dra. Liliana Ramalho Fróio, do Departamento de Relações Internacionais (DRI) da Universidade Federal da Paraíba (UFPB), se configura enquanto uma proposta de resposta institucional concreta a tal necessidade. Trata-se de um projeto de extensão universitária concebido com o objetivo central de produzir, sistematizar e difundir conhecimento qualificado sobre paradiplomacia, contribuindo para o aprimoramento dos gestores públicos locais. Para tanto, atua no monitoramento de ações internacionais de governos subnacionais, na divulgação de boas práticas e na promoção do diálogo entre universidade e gestores públicos (IDeF, 2026). O IDeF opera a partir de uma plataforma digital, disponível por meio do *website* [www.idefufpb.com](http://www.idefufpb.com), de um canal no YouTube e de um perfil no Instagram, que juntos constituem os principais veículos de disseminação do conteúdo produzido pela equipe.

Do ponto de vista analítico, o IDeF pode ser enquadrado à luz do *framework* de contribuição do conhecimento proposto por Gregor e Hevner (2013) para a avaliação de pesquisas em *design science*. Esses autores elaboraram uma matriz bidimensional que

classifica projetos de pesquisa e *design* a partir da maturidade do domínio do problema e da maturidade das soluções disponíveis para esse problema. O quadrante denominado de *exaptation*, ou exaptação, caracteriza situações em que soluções já consolidadas em outros campos são adaptadas e aplicadas a contextos novos ou pouco explorados. O quadrante de *improvement*, ou melhoria, refere-se ao desenvolvimento de soluções melhores para problemas já conhecidos, nos quais as alternativas existentes são insuficientes ou abaixo do ideal (Gregor e Hevner, 2013).

O IDeF situa-se predominantemente no quadrante de exaptação. O modelo de observatório digital (enquanto instrumento de monitoramento, sistematização e difusão de informações) é amplamente utilizado em outras áreas do conhecimento, como saúde pública, meio ambiente e direitos humanos. Contudo, sua aplicação sistemática ao campo da paradiplomacia, com foco nos governos subnacionais brasileiros e particularmente na região Nordeste, representa uma transposição criativa de uma solução conhecida para um domínio que está em fase de construção. Conforme enfatizam Gregor e Hevner (2013), a exaptação exige que o pesquisador demonstre que a aplicação de um conhecimento de *design* já existente em um novo domínio não é trivial, uma vez que esse novo contexto apresenta desafios que não estavam presentes no campo original. No caso do observatório, as especificidades da paradiplomacia brasileira, marcadas por assimetrias regionais, déficits na capacitação técnica e pela falta de sistematização de dados sobre as ações internacionais subnacionais, atendem plenamente a esse requisito.

Adicionalmente, o projeto apresenta elementos do quadrante de melhoria, na medida em que vai além de iniciativas pontuais e esparsas de divulgação de informações sobre paradiplomacia, estabelecendo um mecanismo contínuo, multidimensional e metodologicamente estruturado de produção e disseminação de conhecimento. A dimensão de melhoria manifesta-se ainda na incorporação de aprimoramentos ao longo do tempo, como a otimização da interface para dispositivos móveis. O IDeF constitui, portanto, uma contribuição inovadora tanto do ponto de vista prático quanto epistemológico, por inaugurar um modelo replicável de monitoramento sistemático da paradiplomacia subnacional no contexto brasileiro.

Uma das contribuições estruturais mais significativas do IDeF reside no desenvolvimento de um modelo prático e sistematizado de monitoramento das ações paradiplomáticas desenvolvidas por municípios e estados brasileiros, algo inédito no país. A partir da atuação de discentes e docentes organizados em cinco áreas temáticas de pesquisa (Universidade, Nordeste, Nacional, Mundo e Políticas Públicas), o projeto realiza o mapeamento periódico de iniciativas internacionais conduzidas por governos subnacionais. O

processo de monitoramento abrange distintas áreas temáticas da governança local, como educação, saúde e meio ambiente.

Em termos práticos, são identificadas as atividades de cooperação internacional descentralizada, estabelecidos os contatos com os gestores públicos e sistematizadas as informações coletadas, o que resulta na produção de materiais analíticos diversos, como textos informativos, entrevistas e conteúdos audiovisuais. Esses materiais são regularmente disponibilizados no *website*, divulgados nas redes sociais e encaminhados por *e-mail* a uma lista de contatos formada por gestores municipais e estaduais. A adoção de ferramentas de controle de acessos integradas ao *website* permite ainda mensurar os resultados desse monitoramento, identificando a origem geográfica dos usuários, o tempo de permanência na plataforma e os conteúdos mais acessados. Essa capacidade de monitoramento não se restringe, portanto, às ações paradiplomáticas em si, mas abrange também a avaliação do próprio alcance e impacto da plataforma junto ao seu público-alvo. Trata-se, assim, de um modelo reflexivo de monitoramento, que combina a observação do objeto (as ações internacionais dos governos subnacionais) com a avaliação contínua de sua própria efetividade enquanto ferramenta de difusão de conhecimento.

No âmbito institucional, a importância das ações do IDeF torna-se evidente pelos efeitos políticos decorrentes de sua atuação. Como exemplo, suas atividades contribuíram para a formulação de propostas junto à Assembleia Legislativa do Estado da Paraíba (ALPB), culminando na criação da Comissão Permanente de Incentivo às Relações Internacionais. Tal processo evidencia que a sistematização e divulgação de informações sobre internacionalização podem produzir efeitos concretos e mensuráveis na institucionalização das práticas paradiplomáticas no país.

A segunda dimensão central do IDeF refere-se ao seu papel enquanto plataforma de organização e disponibilização de conhecimento especializado sobre paradiplomacia, tornando-o acessível a públicos que não estão necessariamente familiarizados com a produção acadêmica da área. Nesse sentido, o observatório atua enquanto mediador entre o saber técnico-científico produzido na universidade e as demandas práticas dos gestores públicos locais, traduzindo conceitos e informações especializadas em formatos compreensíveis e aplicáveis ao contexto da gestão pública municipal e estadual.

Para isso, o IDeF estrutura sua produção de conhecimento por meio de múltiplos formatos comunicacionais, como textos informativos, entrevistas, cursos e seminários, disponibilizados em seu *website* e redes sociais. Essa variedade de formatos atende a diferentes perfis de consumo de informação e amplia significativamente o alcance do conteúdo

produzido, tornando-o acessível tanto ao gestor público que não possui muita familiaridade com a linguagem acadêmica, quanto ao pesquisador que busca informações sobre a atuação paradiplomática das cidades e estados brasileiros.

Além disso, a qualidade e pertinência do conhecimento produzido pelo IDeF são asseguradas pela articulação entre as pesquisas desenvolvidas nos programas de iniciação científica vinculados ao DRI/UFPB e as contribuições de docentes convidados de outras instituições de ensino superior. Esse modelo de produção colaborativa e multidisciplinar confere ao conteúdo do observatório uma base teórica e empírica sólida, distinguindo-o de iniciativas meramente informacionais e posicionando-o como uma referência qualificada no campo da paradiplomacia.

A terceira dimensão estrutural do IDeF diz respeito à sua função como espaço de conexão entre atores heterogêneos (gestores públicos, pesquisadores, discentes, docentes, representantes de organizações etc.), favorecendo o surgimento e a consolidação de uma rede colaborativa de troca de informações e experiências no campo da paradiplomacia. Essa função de articulação em rede representa, em si mesma, uma contribuição relevante do projeto, pois vai além da mera difusão de informações para criar vínculos institucionais e interpessoais capazes de fomentar a cooperação e o aprendizado mútuo entre os atores envolvidos.

O IDeF promove, de forma sistemática, o contato com os gestores municipais e estaduais que atuam na área internacional, incentivando-os a se envolverem em suas iniciativas e incorporando-os à sua rede de contatos. Esses gestores passam a receber regularmente o conteúdo produzido pelo observatório e, muitas vezes, tornam-se colaboradores ativos, compartilhando experiências e informações sobre seus projetos de cooperação internacional.

No plano da formação acadêmica, o projeto cria oportunidades concretas de aprendizado aplicado para os discentes do curso de Relações Internacionais da UFPB, que participam diretamente das atividades de monitoramento, produção de conteúdo e interação com gestores públicos. Essa experiência prática contribui para o desenvolvimento das competências técnicas e teóricas dos estudantes, preparando-os para a atuação profissional na área. Ao mesmo tempo, a participação dos discentes no observatório retroalimenta a qualidade do conhecimento produzido, na medida em que os estudantes trazem para o projeto a base teórica adquirida no curso de graduação, aplicando-a na análise de problemas reais da área.

A articulação ensino-pesquisa-extensão promovida pelo IDeF fortalece, assim, tanto a formação dos estudantes quanto a produção acadêmica e a capacidade de incidência do observatório sobre as políticas públicas locais. Trata-se de um modelo que ultrapassa a lógica unidirecional de transferência de conhecimento da universidade para a sociedade, construindo,

em seu lugar, um fluxo bidirecional de aprendizagem, no qual a experiência dos gestores públicos enriquece a pesquisa acadêmica e o conhecimento acadêmico qualifica a prática dos gestores.

Os resultados acumulados pelo IDeF desde a sua criação evidenciam o impacto do projeto nos âmbitos digital, institucional e acadêmico, confirmando sua relevância como iniciativa inovadora no campo da paradiplomacia.

Do ponto de vista do volume de conteúdo produzido e disponibilizado, o *website* do IDeF reúne, ao todo, 168 materiais publicados, distribuídos em cinco áreas temáticas: Universidade, Nordeste, Brasil, Mundo e Políticas Públicas. A área Universidade concentra 36 conteúdos, dos quais 29 (80,6%) correspondem a entrevistas com pesquisadores e especialistas. A área Nordeste, com foco nas ações de cooperação internacional descentralizada dos governos subnacionais da região, conta com 47 conteúdos, sendo 21 (44,7%) entrevistas, o que reflete também o esforço de mapeamento e relato descritivo de experiências de cooperação realizadas pelos municípios e estados nordestinos. A área Brasil reúne 37 conteúdos, com 21 (56,8%) entrevistas com gestores públicos. A área Mundo totaliza igualmente 37 conteúdos, predominantemente de caráter analítico e informativo, com 8 (21,6%) entrevistas. Por fim, a área Políticas Públicas, de criação mais recente, conta com 11 conteúdos, dos quais 9 (81,8%) são entrevistas com gestores responsáveis por programas de cooperação internacional. Considerado o conjunto das cinco áreas, as entrevistas representam 88 dos 168 conteúdos publicados, equivalendo a 52,4% do total, o que evidencia a centralidade do diálogo direto com gestores públicos e especialistas na estratégia de produção de conhecimento do observatório.

Em termos de alcance digital, o *website* do observatório registrou uma trajetória consistente de acessos nacionais e internacionais. No período inicial, entre abril de 2019 e fevereiro de 2020, foram contabilizados mais de 2.100 acessos provenientes de 25 países, com 94% de origem brasileira. Em 2020, o número subiu para 3.402 acessos, originários de 28 países, com destaque para o estado de Pernambuco (31% dos acessos) e da Paraíba (16,4%). No ciclo de junho de 2022 a junho de 2023, foram registrados 2.625 acessos de 31 países, sendo os Estados Unidos (148 acessos), a Alemanha (130) e a França (21) as principais origens estrangeiras. Entre junho de 2023 e junho de 2024, apesar de a plataforma ter sofrido ataques externos que a deixaram temporariamente fora do ar, foram registrados 1.894 acessos de mais de 40 países. No ciclo mais recente, de setembro de 2024 a setembro de 2025, foram contabilizados 2.245 acessos provenientes de 35 países, com 89% de origem brasileira e 5% dos Estados Unidos, sendo os demais acessos originários de países como França, Hong Kong,

Portugal, Reino Unido, Argentina, Alemanha, Rússia, Canadá e México<sup>3</sup>. No Instagram, entre outubro de 2024 e setembro de 2025, foram realizadas 14 publicações, que acumularam 5.045 visualizações.

No plano institucional, os resultados são igualmente expressivos. Desde a sua primeira edição, o IDeF tem acumulado uma trajetória de inserção e incidência junto a instâncias governamentais, acadêmicas e da sociedade civil. Já em maio de 2019, a equipe do observatório realizou uma palestra na Assembleia Legislativa do Estado da Paraíba, o que resultou diretamente na criação da Comissão Permanente de Incentivo às Relações Internacionais desta casa legislativa. No mesmo ano, o projeto foi apresentado ao Observatório da Cooperação Internacional da PUC/Minas, em Belo Horizonte, e, em outubro de 2019, seus membros publicaram um artigo sobre a paradiplomacia no âmbito da extensão universitária no Fórum Nacional de Paradiplomacia (FONAPA), realizado em São Paulo.

A partir de 2020, o IDeF ampliou progressivamente sua presença em eventos de referência da área, com participações no Congresso da Federação Nacional de Estudantes de Relações Internacionais (FENERI), no FONAPA, no I Ciclo de Palestras da Revista FENERI e, em 2023, no 5º Congresso Nacional de Relações Internacionais (CONRI). Em 2022, a coordenadora do projeto foi convidada para palestrar no evento “VII Diálogos sobre ODS” da Universidade de Brasília, abordando as dimensões subnacionais dos ODS no Brasil. No campo da capacitação de gestores públicos, destaca-se a atuação da coordenadora do observatório como instrutora do curso “Laboratório de Boas Práticas em Governo Local – Agenda 2030”, promovido pela Escola Nacional de Administração Pública (ENAP) em 2024.

No que concerne à produção científica vinculada ao IDeF, este tem contribuído ao longo de sua trajetória para diversas publicações de relevo. Em 2022, foi publicado no *Brazilian Journal of International Relations* (BJIR) o artigo “Do internacional ao subnacional: uma contribuição quanto à inserção do Nordeste na internacionalização de políticas públicas” (Superti, Arrigo, Gondim e Dantas, 2022). Em 2023, membros do projeto publicaram no Boletim de Economia e Política Internacional (BEPI) o texto “Governos subnacionais e a internacionalização de políticas no nordeste brasileiro: uma análise da atuação das secretarias estaduais” (Fróio, Superti e Souza, 2023). Em 2024, foi publicado o capítulo de livro “*The Power of Localities: Subnational Governments and the Territorialization of SDGs*” (Fróio e Gonçalves, 2024) e, em 2025, o artigo “Transferência de política pública e o papel do embaixador de políticas: dos Parques-Biblioteca de Medellín para os Centros Comunitários da

---

<sup>3</sup> Os dados apresentados são provenientes das ferramentas de monitoramento e análise de tráfego integradas ao *website* do observatório.

Paz no Recife”, na revista *Colombia Internacional* (Freitas, Superti e Fróio, 2025). Também em 2025, ex-integrantes do observatório defenderam trabalho de conclusão de curso e dissertação de mestrado sobre paradiplomacia, e conteúdos produzidos pelo IDeF passaram a ser utilizados como referencial bibliográfico em pesquisas acadêmicas, como é o caso dos estudos: *O Consórcio Nordeste nos governos Bolsonaro e Lula: uma análise da paradiplomacia de resistência* (Cavalcante, 2024) e *A paradiplomacia brasileira e os impactos dos determinantes locais: um estudo comparado* (Albuquerque, 2025).

Em termos acadêmicos, o conteúdo produzido pelo observatório tem servido como fonte para a elaboração de artigos, dissertações de mestrado e trabalhos de conclusão de curso, tanto no âmbito da UFPB quanto em outras instituições. Esse fato é um indicativo da consolidação do IDeF como referência empírica e bibliográfica no campo da paradiplomacia no Brasil, reforçando seu papel de articulador entre a produção de conhecimento acadêmico e as demandas da gestão pública local.

Embora tenha alcançado resultados significativos, o IDeF enfrenta uma limitação importante: a dificuldade de mensurar se o conteúdo produzido e disseminado está, de fato, gerando um impacto concreto sobre as políticas públicas locais de cooperação internacional descentralizada. Ainda que os dados de acesso ao *website*, o volume de entrevistas realizadas com gestores públicos e a participação em eventos institucionais sinalizem que o observatório alcança seu público-alvo, essas métricas são indicadores de alcance e visibilidade, não de mudança de comportamento ou de incidência efetiva sobre decisões governamentais.

A transformação do conhecimento disseminado em modificações práticas na gestão pública, seja por meio da adoção de novas estratégias de internacionalização ou do aprimoramento de iniciativas já existentes, constitui um processo complexo, marcado por causalidade difusa e difícil mensuração. Ainda que existam exemplos pontuais, como a criação da Comissão Permanente de Incentivo às Relações Internacionais na ALPB, esses casos não são suficientes para sustentar generalizações mais amplas.

## **Conclusão**

O presente artigo tecnológico buscou analisar as principais fragilidades da paradiplomacia brasileira a partir da articulação entre a literatura especializada e a produção do Observatório IDeF. O diagnóstico construído ao longo do trabalho é inequívoco: a paradiplomacia no Brasil, embora em expansão desde a redemocratização, ainda se caracteriza por uma profunda heterogeneidade interna, marcada por ilhas de excelência em meio a um cenário dominante de fragilidade institucional, técnica e normativa.

Seis desafios centrais emergem com clareza da análise realizada. O primeiro é a escassez de estruturas formais dedicadas à atuação internacional: apenas 2% dos municípios que responderam ao levantamento do IBGE em 2012 contavam com alguma estrutura organizacional para essa área, e pesquisas mais recentes indicam que apenas 14,3% dos municípios com alguma atuação internacional dispunham de uma estrutura administrativa exclusivamente dedicada às relações internacionais (Souza, 2022). O segundo desafio é a ausência de planejamento estratégico: apenas um terço dos estados brasileiros age com base em estratégia previamente definida, enquanto a maioria reage a oportunidades externas de forma passiva e descoordenada, especialmente nas regiões Norte e Nordeste (Fróio, 2015). O terceiro desafio é o fenômeno do *stop and go*, que atesta a vulnerabilidade das estruturas paradiplomáticas às alternâncias políticas: com a substituição de governadores, 61,9% dos respondentes identificaram mudanças na estrutura da área internacional e, no período 2015-2020, a descontinuidade estrutural ocorreu em 70,7% dos casos de alternância de governo (Neves, 2022).

O quarto desafio refere-se aos déficits de qualificação técnica dos servidores: apenas 24,18% dos funcionários estaduais foram avaliados como muito preparados para lidar com negociações internacionais (Fróio, 2015), e a ausência de servidores com formação adequada fragiliza a posição negociadora dos governos subnacionais. O quinto desafio é o das assimetrias regionais, que reproduzem no plano da paradiplomacia a lógica centro-periferia do desenvolvimento nacional: 52% dos servidores do Sudeste avaliaram a atuação internacional de seus estados como alta, contra apenas 5,6% dos do Nordeste (Fróio, 2015), e as regiões Sul e Sudeste concentram aproximadamente 62,86% dos municípios com alguma forma de atuação internacional (Souza, 2022). O sexto e último desafio é a inexistência de um marco regulatório específico para a paradiplomacia: a Constituição Federal de 1988 reservou à União a competência exclusiva de gerir os assuntos exteriores, sem prever espaço formal para os entes subnacionais, gerando um ambiente de informalidade jurídica que impõe custos desproporcionais às unidades mais frágeis institucionalmente (Fróio e Batista, 2024).

Diante desse diagnóstico, o Observatório IDeF se apresenta como uma iniciativa institucional inovadora, situada predominantemente no quadrante de exaptação do *framework* de Gregor e Hevner (2013): o modelo de observatório digital, amplamente utilizado em outras áreas do conhecimento, é transposto criativamente para o campo da paradiplomacia, com foco nos governos subnacionais brasileiros e, particularmente, na região Nordeste. Por meio de três dimensões estruturais (o monitoramento periódico das ações paradiplomáticas, a organização e disponibilização de conhecimento especializado para públicos não acadêmicos, e a criação de

uma rede colaborativa entre atores heterogêneos), o observatório contribui para reduzir o déficit de informação e capacitação que caracteriza a paradiplomacia brasileira. A criação da Comissão Permanente de Incentivo às Relações Internacionais na Assembleia Legislativa da Paraíba é um exemplo concreto de como a sistematização e divulgação de conhecimento especializado podem produzir efeitos mensuráveis na institucionalização das práticas paradiplomáticas.

Não obstante, o artigo tecnológico reconhece uma limitação importante do próprio observatório: a dificuldade de mensurar se o conhecimento disseminado está, de fato, gerando impacto concreto sobre as políticas públicas locais de cooperação internacional. As métricas de acesso ao *website*, o volume de entrevistas realizadas e a participação em eventos institucionais são indicadores de alcance e visibilidade, não de mudança de comportamento ou de incidência efetiva sobre decisões governamentais.

Em síntese, a superação das fragilidades diagnosticadas requer a convergência de condições que se reforçam mutuamente: vontade política sustentada para além de um mandato, institucionalização de estruturas com corpo técnico de carreira, planejamento estratégico de longo prazo, marco jurídico que ampare formalmente a atuação subnacional e coordenação efetiva com o governo federal. Enquanto essa compreensão não se consolidar como valor político e institucional, a paradiplomacia brasileira continuará sujeita aos ciclos de avanço e retrocesso que historicamente a caracterizam, desperdiçando o potencial que a cooperação internacional oferece para o desenvolvimento sustentável local e para a redução das profundas assimetrias regionais que marcam o território nacional.

## Referências

AGUIRRE, Iñaki. Making sense of paradiplomacy? An intertextual enquiry about a concept in search of a definition. In: ALDECOA, Francisco; KEATING, Michael (Ed.). **Paradiplomacy in action: the foreign relations of subnational governments**. Londres: Frank Cass Publishers, 1999. p. 185-209.

ALBUQUERQUE, Anna Luisa Soares de. **A paradiplomacia brasileira e os impactos dos determinantes locais: um estudo comparado**. Trabalho de Conclusão de Curso (Bacharelado em Relações Internacionais) – Departamento de Relações Internacionais, Centro de Ciências Sociais Aplicadas, Universidade Federal da Paraíba, João Pessoa, 2025. Disponível em: <https://repositorio.ufpb.br/jspui/handle/123456789/35326>. Acesso em: 20 de mar. de 2026.

ALDECOA, Francisco. Towards plurinational diplomacy in the deeper and wider European Union (1985-2005). In: ALDECOA, Francisco; KEATING, Michael (Ed.). **Paradiplomacy in action: the foreign relations of subnational governments**. Londres: Frank Cass Publishers, 1999. p. 82-94.

BATISTA, Leandra Myrela Pereira. **A paradiplomacia estadual da Paraíba: características do ambiente paradiplomático periférico em construção.** Dissertação (Mestrado em Relações Internacionais) – Universidade Estadual da Paraíba, João Pessoa, 2019. Disponível em: <https://repositorio.ufpb.br/jspui/handle/123456789/16823>. Acesso em: 20 de mar. de 2026.

BÉDER, Inalda. **Inalda Béder fala sobre a Agenda 2030 e infere a importância da academia para auxiliar na implementação dos ODS.** [Entrevista cedida a] Nathália Williany. Observatório IDEf, João Pessoa, nov. 2019. Disponível em: <https://idefufpb.com/2019/11/30/inalda-beder-fala-sobre-a-agenda-2030-e-infere-a-importancia-da-academia-para-auxiliar-na-implementacao-dos-ods/>. Acesso em: 20 mar. 2026.

BESSA MAIA, José Nelson. **A paradiplomacia financeira dos estados brasileiros: evolução, fatores determinantes, impactos e perspectivas.** 598 f. Tese (Doutorado em Relações Internacionais) – Universidade de Brasília, Brasília, DF, 2012. Disponível em: <https://www.repositorio.unb.br/handle/10482/10948>. Acesso em: 20 de mar. de 2026.

BOGÉA, Antenor Américo Mourão. **A diplomacia federativa: do papel internacional e das atividades externas das unidades federativas nos Estados nacionais.** Brasília: Ministério das Relações Exteriores, 2001.

BORBA, Alice Heil de. **A paradiplomacia das cidades sob a ótica do planejamento estratégico: o caso do município de Joinville.** 2017. Disponível em: <https://ssrn.com/abstract=2923899>. Acesso em: 20 mar. 2026.

BRANCO, Álvaro Chagas Castelo. **Paradiplomacia e entes não-centrais no cenário internacional.** Curitiba: Juruá Editora, 2008.

BUENO, Ironildes. **Paradiplomacia contemporânea: trajetórias e tendências da atuação internacional dos governos estaduais do Brasil e EUA.** 350 f. Tese (Doutorado em Relações Internacionais) – Universidade de Brasília, Brasília, DF, 2010. Disponível em: <https://repositorio.unb.br/handle/10482/7875>. Acesso em: 20 mar. 2026.

CÂMARA, Eduarda. **Eduarda Câmara fala sobre a cooperação internacional na Paraíba e a retomada das atividades econômicas no estado.** [Entrevista cedida a] Ana Pollinny. Observatório IDEf, João Pessoa, ago. 2021. Disponível em: <https://idefufpb.com/2021/08/06/eduarda-camara-fala-sobre-a-cooperacao-internacional-na-par-aiiba-e-a-retomada-das-atividades-economicas-no-estado/>. Acesso em: 20 mar. 2026.

CAVALCANTE, João Pedro Martins. **O Consórcio Nordeste nos governos Bolsonaro e Lula: uma análise da paradiplomacia de resistência.** Trabalho de Conclusão de Curso (Bacharelado em Relações Internacionais) – Departamento de Relações Internacionais, Centro de Ciências Sociais Aplicadas, Universidade Federal da Paraíba, João Pessoa, 2024. Disponível em: <https://repositorio.ufpb.br/jspui/handle/123456789/32875>. Acesso em: 20 mar. 2026.

CONFEDERAÇÃO NACIONAL DE MUNICÍPIOS (CNM). **Observatório da Cooperação Descentralizada no Brasil.** Brasília: CNM, 2009. Disponível em: <https://cnm.org.br/biblioteca/exibe/378>. Acesso em: 20 mar. 2026.

COSTA, Rosamaria. **Curitiba e sustentabilidade: um exemplo de cooperação para a gestão de resíduos sólidos.** [Entrevista cedida a] Adriano Fernandes e Camila Trajano. Observatório

IDeF, João Pessoa, jun. 2025. Disponível em: <https://idefufpb.com/2025/06/03/curitiba-e-sustentabilidade-um-exemplo-de-cooperacao-para-a-gestao-de-residuos-solidos/>. Acesso em: 20 mar. 2026.

DAMASCENO, Caúra. **Entrevista com Caúra Damasceno, chefe da assessoria internacional do estado da Bahia.** [Entrevista cedida a] Redação IDeF. Observatório IDeF, João Pessoa, set. 2023. Disponível em: <https://idefufpb.com/2023/09/02/entrevista-com-caura-damasceno-chefe-da-assessoria-internacional-do-estado-da-bahia/>. Acesso em: 20 mar. 2026.

DEBRASSI, Luiza. **Luiza Debrassi, da Prefeitura de São Paulo, fala sobre o projeto Redução das Desigualdades com foco na transversalização das perspectivas de território, gênero e raça/etnia nas políticas públicas.** [Entrevista cedida a] Redação IDeF. Observatório IDeF, João Pessoa, maio 2023. Disponível em: <https://idefufpb.com/2023/05/22/luiza-debrassi-prefeitura-de-sao-paulo-fala-sobre-o-projeto-reducao-das-desigualdades-com-foco-na-transversalizacao-das-perspectivas-de-territorio-genero-e-raca-etnia-nas-politicas-publicas/>. Acesso em: 20 mar. 2026.

DIAS, Wellington. **Governador do Piauí, Wellington Dias, fala sobre atuação internacional do estado e do Consórcio Nordeste.** [Entrevista cedida a] J. Matheus Leitão. Observatório IDeF, João Pessoa, ago. 2021. Disponível em: <https://idefufpb.com/2021/08/06/governador-do-piaui-wellington-dias-fala-sobre-atuacao-internacional-do-estado-e-do-consorcio-nordeste/>. Acesso em: 20 mar. 2026.

DUCHACEK, Ivo. Perforated sovereignties: towards a typology of new actors in international relations. In: MICHELMANN, Hans J.; SOLDATOS, Panayotis (Ed.). **Federalism and international relations: the role of subnational units.** Oxford: Oxford University Press, 1990. p. 1-33.

ESPÓSITO NETO, Tomaz; GHADIE, Aida Mohamed. Paradiplomacia da cidade de Dourados-MS: um estudo sobre os desafios da internacionalização dos municípios de médio porte na faixa de fronteira. **Estudos Internacionais: Revista de Relações Internacionais**, Belo Horizonte, v. 10, n. 2, 2022. Disponível em: <https://doi.org/10.5752/P.2317-773X.2022v10n2p78-95>. Acesso em: 20 mar. 2026.

FLICK, Uwe. **Introdução à pesquisa qualitativa.** Tradução Joice Elias Costa. 3. ed. Porto Alegre: Artmed, 2009.

FRANÇA, Hugo. **Hugo Salomão França, diretor de Relações Internacionais de Belo Horizonte, fala da atuação internacional do município em tempos de pandemia.** [Entrevista cedida a] Mateus Andrade. Observatório IDeF, João Pessoa, mar. 2021. Disponível em: <https://idefufpb.com/2021/03/17/hugo-salomao-franca-diretor-de-relacoes-internacionais-de-belo-horizonte-fala-da-atuacao-internacional-do-municipio-em-tempos-de-pandemia/>. Acesso em: 20 mar. 2026.

FREITAS, Ana Pollinny de; SUPERTI, Eliane; FRÓIO, Liliana Ramalho. Transferência de política pública e o papel do embaixador de políticas: dos Parques-Biblioteca de Medellín para os Centros Comunitários da Paz no Recife. **Colombia Internacional**, Bogotá, n. 121, p. 59-85, Jan. 2025. Disponível em: <https://doi.org/10.7440/colombiaint121.2025.03>. Acesso em: 20 mar. 2026.

FRÓIO, Liliana Ramalho. **Paradiplomacia e o impacto da alternância de governos na atuação internacional dos estados brasileiros**. 223 f. Tese (Doutorado em Ciência Política) – Universidade Federal de Pernambuco, Recife, 2015. Disponível em: <https://repositorio.ufpe.br/handle/123456789/14021>. Acesso em: 20 mar. 2026.

FRÓIO, Liliana Ramalho; BATISTA, Leandra Myrela. Paradiplomacia periférica e os governos subnacionais brasileiros: o caso do estado da Paraíba. **Revista Brasileira de Políticas Públicas e Internacionais**, João Pessoa, v. 9, n. 1, p. 1-20, 2024. Disponível em: <https://doi.org/10.22478/ufpb.2525-5584.2024v9n1.66457>. Acesso em: 20 mar. 2026.

FRÓIO, Liliana Ramalho; GONÇALVES, Pascoal T. Carvalho. The Power of Localities: Subnational Governments and the Territorialization of SDGs. In: GALVÃO, Thiago Gehre, MENEZES, Henrique Zeferino de (Ed.). **The Quest for the Sustainable Development Goals**. Sustainable Development Goals Series. Springer, Cham, 2024. Disponível em: [https://doi.org/10.1007/978-3-031-59279-9\\_4](https://doi.org/10.1007/978-3-031-59279-9_4). Acesso em: 20 mar. 2026.

FRÓIO, Liliana Ramalho; MEDEIROS, Marcelo de Almeida. Analysing the asymmetry in decentralised international co-operation: the case of Brazil/Europe sub-national relations. **Contexto Internacional**, Rio de Janeiro, v. 42, p. 303-325, 2020. Disponível em: <http://doi.org/10.1590/S0102-8529.2019420200005>. Acesso em: 20 mar. 2026.

FRÓIO, Liliana Ramalho; SUPERTI, Eliane; SOUZA, Guilherme Lima. Governos subnacionais e a internacionalização de políticas no Nordeste brasileiro: uma análise da atuação das secretarias estaduais. **Boletim de Economia e Política Internacional (BEPI)**, Brasília: IPEA, n. 37, p. 73-88, set./dez. 2023. Disponível em: <http://dx.doi.org/10.38116/bepi37art4>. Acesso em: 20 mar. 2026.

GLOBAL TASKFORCE OF LOCAL AND REGIONAL GOVERNMENTS. **Local and regional voices on the global stage: our post-2015 journey**. Barcelona: UCLG, 2016. Disponível em: [https://www.uclg.org/sites/default/files/our\\_post-2015\\_journey.pdf](https://www.uclg.org/sites/default/files/our_post-2015_journey.pdf). Acesso em: 20 mar. 2026.

GREGOR, Shirley; HEVNER, Alan R. **Positioning and presenting design science research for maximum impact**. MIS Quarterly, Minneapolis, v. 37, n. 2, p. 337-355, jun. 2013. Disponível em: <https://doi.org/10.25300/MISQ/2013/37.2.01>. Acesso em: 20 mar. 2026.

HOCKING, Brian. Regionalismo: uma perspectiva das relações internacionais. In: VIGEVANI, Tullo et al. (Org.). **A dimensão subnacional e as relações internacionais**. São Paulo: EDUC; Fundação Editora da UNESP; Bauru: EDUSC, 2004. p. 77-107.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA (IBGE). **Perfil dos municípios brasileiros (2012)**. Rio de Janeiro: IBGE, 2013. Disponível em: <https://bibliotecadigital.gestao.gov.br/handle/123456789/274>. Acesso em: 20 mar. 2026.

OBSERVATÓRIO DA INTERNACIONALIZAÇÃO DESCENTRALIZADA EM FOCO (IDeF). **Sobre o IDeF**. João Pessoa: DRI/UFPB, 2026. Disponível em: <https://idefufpb.com/sobre-nos/>. Acesso em: 20 mar. 2026.

KEATING, Michael. Regions and international affairs: motives, opportunities and strategies. In: ALDECOA, Francisco; KEATING, Michael (Ed.). **Paradiplomacy in action: the foreign relations of subnational governments**. Londres: Frank Cass Publishers, 1999. p. 1-16.

KEOHANE, Robert O.; NYE, Joseph S. **Power and interdependence**. 3. ed. Nova York: Longman, 2001.

KINCAID, John. Constituent diplomacy in federal polities and the nation-state: conflict and co-operation. In: MICHELMANN, Hans J.; SOLDATOS, Panayotis (Ed.). **Federalism and international relations: the role of subnational units**. Nova York: Oxford University Press, 1990. p. 54-75.

MARTINS, Marcos. **Comitê científico da 1ª Semana de Paradiplomacia do Município de São Paulo fala sobre resultados e perspectivas para próximas edições do evento**. [Entrevista cedida a] Anna Soares. Observatório IDEF, João Pessoa, dez. 2021. Disponível em: <https://idefufpb.com/2021/12/10/comite-cientifico-da-1o-semana-de-paradiplomacia-do-municipio-de-sao-paulo-falam-sobre-resultados-e-perspectivas-para-proximas-edicoes-do-evento>. Acesso em: 20 mar. 2026.

MARTORELLI, Martha. **Martha Martorelli expõe perspectiva sobre a existência de uma mobilidade urbana sustentável nos municípios brasileiros**. [Entrevista cedida a] Nathália Williany. Observatório IDEF, João Pessoa, maio 2019. Disponível em: <https://idefufpb.com/2019/05/30/martha-martorelli-expoe-perspectiva-sobre-a-existencia-de-uma-mobilidade-urbana-sustentavel-nos-municipios-brasileiros/>. Acesso em: 20 mar. 2026.

MÉRCHER, Leonardo. Coordenadoria de Relações Internacionais da Cidade do Rio de Janeiro e os dois níveis da análise paradiplomática. **Conjuntura Global**, [S. l.], v. 4, n. 1, 2015. Disponível em: <https://revistas.ufpr.br/conjglobal/article/view/41406>. Acesso em: 26 mar. 2026.

MILANI, Carlos R. S.; RIBEIRO, Maria Clotilde Meirelles. International relations and the paradiplomacy of Brazilian cities: crafting the concept of local international management. **Brazilian Administration Review**, Curitiba, v. 8, n. 1, p. 21-36, jan./mar. 2011. Disponível em: <https://doi.org/10.1590/S1807-76922011000100003>. Acesso em: 26 mar. 2026.

MINISTÉRIO DAS RELAÇÕES EXTERIORES (MRE); AGÊNCIA BRASILEIRA DE COOPERAÇÃO (ABC). **Diretrizes para o desenvolvimento da cooperação técnica internacional multilateral e bilateral**. Brasília: MRE/ABC, 2014. Disponível em: <https://www.abc.gov.br/imprensa/mostrarconteudo/690>. Acesso em: 20 mar. 2026.

MUNIZ, Águeda. **Águeda Muniz fala da parceria entre a Prefeitura de Fortaleza e o ICLEI na política ambiental da cidade**. [Entrevista cedida a] Ana Pollinny. Observatório IDEF, João Pessoa, fev. 2023. Disponível em: <https://idefufpb.com/2023/02/07/aguada-muniz-fala-da-parceria-entre-a-prefeitura-de-fortaleza-e-o-iclei-na-politica-ambiental-da-cidade/>. Acesso em: 20 mar. 2026.

NEVES, Mateus Andrade Ferreira. **A atuação internacional dos estados brasileiros de 2015 a 2020: análise comparada da paradiplomacia nas regiões brasileiras**. Trabalho de Conclusão de Curso (Graduação em Relações Internacionais) – Universidade Federal da Paraíba, João Pessoa, 2022. Disponível em: <https://repositorio.ufpb.br/jspui/handle/123456789/25710>. Acesso em: 26 mar. 2026

ONUKEI, Janina; OLIVEIRA, Amâncio Jorge de. **Paradiplomacia e relações internacionais: a experiência da cidade de São Paulo**. São Paulo: Centro de Estudos das Negociações Internacionais (CAENI), 2013. Disponível em: [https://caeni.com.br/of\\_files/paradiplomacia-e-relacoes-internacionais-a-experiencia-da-cidade-de-sao-paulo/](https://caeni.com.br/of_files/paradiplomacia-e-relacoes-internacionais-a-experiencia-da-cidade-de-sao-paulo/). Acesso em: 20 mar. 2026.

PEREIRA, Francisco. **Assessor internacional da cidade de São Paulo fala das ações da SRI em tempos de pandemia**. [Entrevista cedida a] Priscylla Medeiros. Observatório IDEF, João Pessoa, mar. 2021. Disponível em: <https://idefufpb.com/2021/03/17/assessor-internacional-da-cidade-de-sao-paulo-fala-das-acoes-da-sri-em-tempos-de-pandemia/>. Acesso em: 20 mar. 2026.

PESSINO, Soraya. **Soraya Pessino fala sobre a área internacional da Prefeitura de Salvador**. [Entrevista cedida a] Daiara Santos, Guilherme Lima e Nathan Xavier. Observatório IDEF, João Pessoa, mar. 2021. Disponível em: <https://idefufpb.com/2021/03/31/soraya-pessino-fala-sobre-a-area-internacional-da-prefeitura-de-salvador/>. Acesso em: 20 mar. 2026.

PRIETO, Noé Cornago. O outro lado do novo regionalismo pós-soviético e da Ásia-Pacífico: a diplomacia federativa além das fronteiras do mundo ocidental. In: VIGEVANI, Tullo et al. (Org.). **A dimensão subnacional e as relações internacionais**. São Paulo: EDUC; Fundação Editora da UNESP; Bauru: EDUSC, 2004. p. 251-282.

ROCHA, Gustavo de Andrade et al. **Potencial para cooperação internacional em municípios selecionados do interior pernambucano**. Congresso ALACIP. 2017. Disponível em: <https://alacip.org/?todasponencias=potencial-para-cooperacao-internacional-em-municipios-selecionados-do-interior-pernambucano>. Acesso em: 20 mar. 2026.

RODRIGUES, Gilberto Marcos Antonio. Relações internacionais federativas no Brasil. **Dados**, v. 51, n. 4, p. 1015-1034, 2008. Disponível em: <https://doi.org/10.1590/S0011-52582008000400007>. Acesso em: 20 mar. 2026.

SALOMÓN, Mónica. A dimensão subnacional da política externa brasileira: determinantes, conteúdos e perspectivas. In: PINHEIRO, Letícia; MILANI, Carlos R. S. (Org.). **Política externa brasileira: a política das práticas e as práticas da política**. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2012. p. 269-300.

SALOMÓN, Mónica; NUNES, Carmen. A ação externa dos governos subnacionais no Brasil: os casos do Rio Grande do Sul e de Porto Alegre. Um estudo comparativo de dois tipos de atores mistos. **Contexto Internacional**, Rio de Janeiro, v. 29, n. 1, p. 99-147, jan./jun. 2007. Disponível em: <https://doi.org/10.1590/S0102-85292007000100004>. Acesso em: 20 mar. 2026.

SOLDATOS, Panayotis. An explanatory framework for the study of federated states as foreign-policy actors. In: MICHELMANN, Hans J.; SOLDATOS, Panayotis (Ed.). **Federalism and international relations: the role of subnational units**. Oxford: Oxford University Press, 1990. p. 34-53.

SOUZA, Guilherme de Lima. **Internacionalização de cidades e seus determinantes locais: um mapeamento da paradiplomacia municipal brasileira**. Trabalho de Conclusão de Curso

(Graduação em Relações Internacionais) – Universidade Federal da Paraíba, João Pessoa, 2022. Disponível em: <https://repositorio.ufpb.br/jspui/handle/123456789/25686>. Acesso em: 26 mar. 2026.

SUPERTI, Eliane; ARRIGO, Amanda Pereira; GONDIM, Romberg de Sá; DANTAS, Raquel Gonçalves. Do Internacional ao Subnacional: uma Contribuição quanto a Inserção do Nordeste na Internacionalização de Políticas Públicas. **Brazilian Journal of International Relations**, Marília, SP, v. 11, n. 1, p. 88–117, 2022. Disponível em: <https://doi.org/10.36311/2237-7743.2022.v11n1.p88-117>. Acesso em: 20 mar. 2026.

VIGEVANI, Tullo. Problemas para a atividade internacional das unidades subnacionais: estados e municípios brasileiros. **Revista Brasileira de Ciências Sociais**, v. vol. 21, n. 62, out. 2006. Disponível em: <http://hdl.handle.net/11449/212711>. Acesso em: 20 mar. 2026.